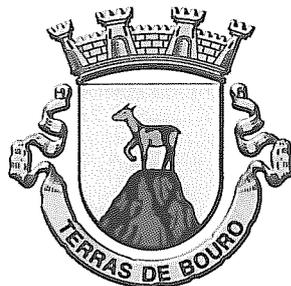


Livro nº. 5

Folha 167

Ricardo Manuel Ferraz Gonçalves



**MUNICÍPIO DE
TERRAS DE BOURO**

QUADRIÉNIO 2009/2012

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2009/12/28

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TERRAS DE BOURO, REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DEZEMBRO DE DOIS MIL E NOVE

- - - Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro do ano dois mil e nove, pelas catorze e trinta horas, no edifício dos Paços do Concelho realizou-se a reunião, em sessão extraordinária, da Assembleia Municipal de Terras de Bouro, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Ponto um – Análise e votação das alterações ao Regimento da Assembleia Municipal para o quadriénio dois mil e nove, dois mil e treze; -----

Ponto dois – Análise e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa para dois mil e dez. -----

Assumiu a Presidência da Mesa, o Presidente da Assembleia Municipal, Doutor Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves, assumindo o Senhor Avelino José Antunes Soares, o lugar de Primeiro Secretário e o lugar de Segundo Secretário, o Senhor Guilherme Coelho Alves. -----

Estiveram nesta sessão a representar a Câmara Municipal, o Presidente efectivo, Doutor Joaquim José Cracel Viana e o Senhor Vereador, Doutor António José Ferreira Afonso. -----

Estiveram presentes os membros constantes do livro de presenças em uso nesta Assembleia, num total de trinta e cinco. -----

Comprovada a existência de “Quórum”, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por fazer uma alusão à situação que se passou na reunião da Comissão Parlamentar da Saúde, em que foi alvo de um insulto de uma Deputada do Partido Social Democrata, no caso, da Doutora Maria José Nogueira Pinto. Nestas reuniões, é perfeitamente natural que se façam apartes e comentários e, frisou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, mantém com todos os deputados as melhores relações. O que aconteceu, é que a Senhora Deputada em causa, afirmou que já existiriam hospitais a mais, nomeadamente, em Braga e o Senhor Doutor Ricardo Gonçalves comentou que e cita-se “ela não percebia nada daquilo”, fim de citação, acontecendo depois aquilo que é do conhecimento de todos. Continuando, o Senhor Doutor Ricardo Gonçalves afirmou que já se penitenciou pelo exagero da reacção, apesar do insulto que sofreu, da altura e perante todo o país, lamenta e desculpa-se perante esta Assembleia pelo cargo que aqui desempenha, pois tudo o que se passou foi, realmente, exagerado e a própria Doutora Maria José Nogueira Pinto reconheceu que não sabe o que se passou. Mais disse ser a política um mundo difícil, onde por vezes se reage de forma intempestiva e a verdade é que, no presente, devido à situação que atravessamos, há muita tensão no Parlamento e não só. Sobre o acontecido, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, lamentou, de igual forma, que da reunião da Comissão Parlamentar da Saúde, as televisões e as rádios transmitiram os breves minutos da polémica,

Ricardo Manuel Soares Gomes

mas o encontro durou cinco horas e foram discutidas questões importantes, já que questionou, por exemplo, a Senhora Ministra da Saúde, sobre a situação dos médicos em Terras de Bouro, onde a situação tem tendência a melhorar e cita-se” a triste verdade é que morrem em Portugal dez pessoas por dia de cancro de intestino e, isso sim, é que importa verdadeiramente e não foi referido nas peças televisivas”, fim de citação. -----

De seguida, o Senhor Avelino José Antunes Soares, na qualidade de primeiro secretário, deu conhecimento da correspondência recebida e colocada esta à disposição para consulta. -----

De seguida, a acta da sessão anterior, a acta de vinte e três de Novembro, sessão ordinária, foi colocada à consideração. -----

Sobre esta última, o Senhor Deputado Alexandre Pereira usou da palavra, para pedir rectificações e inclusões que estavam em falta às suas declarações, pois, as suas referências e cita-se “ de que estaria ao serviço das dezassete freguesias e das oposições, que não queria que acontecesse aqui o mesmo que aconteceu nos últimos anos, em que ficou muito por esclarecer, a sua referência às placas dos fontanários em Vilar da Veiga, que a Câmara Municipal não tratou a questão da revisão do Plano do Parque Nacional da Peneda Gerês como devia e que as Juntas de Freguesia não andaram como deviam, ou pelo menos como andam agora e que nem sequer foram ouvidas, à semelhança das Associações dos Baldios”, fim de citação, não constam da acta da sessão anterior. *(Correcções que foram, entretanto, efectuadas)*. -----

Sobre as últimas afirmações do Sednhor Deputado, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio, seguidamente, para alertar os Senhores Deputados que as actas são e têm que ser documentos concisos e sucintos que resumam as intervenções. -----

Ainda sobre esta matéria, o Senhor Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, Senhor Avelino Soares interveio, igualmente e lendo o artigo vigésimo quinto do Regimento da Assembleia Municipal afirmou que “De tudo o que de essencial ocorrer nas reuniões será lavrada acta”, esclarecendo assim que as actas são documentos resumidos e não relatórios do que se passa nas sessões da Assembleia Municipal. -----

Seguidamente, a acta supra mencionada, foi colocada à votação e aprovada por maioria, com um voto contra, no caso do Senhor Deputado da Coligação Democrata Unitária, Senhor Alexandre Pereira. -----

Ainda antes do período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu-se os pontos da Ordem de Trabalhos, frisando o aspecto do novo Regimento apresentar uma situação inovadora no sentido de alterar o período de intervenção do público, isto para logo a seguir ao período de antes da ordem do dia, o que se justifica pelo facto de o público não ficar tanto tempo à espera para intervir, como tem acontecido e, além disso, não ter que atravessar, em termos de fluência da Reunião pelo período da Ordem do Dia, onde são abordados aspectos técnicos da Autarquia que, muitas vezes, nada dizem às pessoas. O Senhor Presidente propôs a aprovação imediata do novo Regimento para que esta alteração entre de imediato em vigor e as pessoas, que estão hoje aqui presentes, possam já intervir à

luz do novo ordenamento da Reunião. -----

Interveio, seguidamente, o Senhor Deputado Alexandre Pereira que afirmou que em termos de atribuição de tempo para intervenções, aspecto focado no Regimento, será necessário avaliar esta situação com bom senso, pois, o deputado que seja avisado de que terminou o seu tempo e depois ninguém fala a seguir sairá prejudicado por, eventualmente, não concluir a sua intervenção e como no seu caso a representação se resume a um deputado, ao contrário da maioria dos grupos desta Assembleia, a situação é óbvia. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal retorquiu, seguidamente, chamando a atenção para o facto de estarmos em plenário e tal funcionar em função das votações que se obtiveram nas eleições. -----

Ainda sobre o Regimento, interveio o Senhor Primeiro Secretário, Senhor Avelino Soares, começando por agradecer a todos os elementos que integraram a Comissão de Revisão ao Orçamento pela sua disponibilidade e empenho na revisão e actualização do documento. Este Regimento é já uma síntese de um mais antigo de mil novecentos e noventa e oito e, de outro, mais recente, já de dois mil e dois e, em função da nova legislação, o Senhor Avelino Soares explicou a necessidade da actualização e adaptação, chamando a atenção para o artigo décimo, relativo aos "*Direitos específicos dos Membros da Assembleia*", números dois, três, quatro, cinco, seis e sete.-----

Precisamente sobre este último artigo e no que ao Regimento diz respeito, pediu a palavra o Senhor Deputado, Professor. Óscar Rodrigues para colocar as suas dúvidas relativamente ao facto de o período de antes da ordem do dia ter a duração de sessenta minutos, se cada deputado tiver direito a dez minutos de intervenção e se o número de inscrições for superior a seis, então, ultrapassa-se o tempo regulamentar. -----

Ao que de imediato respondeu o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, afirmando que, esgotados os sessenta minutos regulamentar, as inscrições sobranes ficam pendentes para a próxima reunião. Mais informou que o Sr. Presidente da Câmara Municipal tem um estatuto diferente e responde da forma que lhe convier, pelo menos, na nossa Câmara funciona assim, noutras funcionará de forma diferente. -----

O Senhor Deputado, Senhor Manuel Aguiar Campos, interveio seguidamente para afirmar que, relativamente ao período de inscrições para perguntas e respostas e seu desenrolar, o tratamento é de alguma complexidade que deve ser abordado com ponderação. -----

Já o Senhor Deputado, Senhor Alexandre Pereira que interveio logo após, afirmou que o Regimento, desta forma, apenas serve para tirar o tempo a quem precisa e prova disso mesmo são as duas últimas actas da Assembleia Municipal que e cita-se "não falam de nada." -----

Sobre esta última intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, reassumiu a palavra para afirmar que não pode o Senhor Deputado falar destas duas últimas reuniões e compará-las com as próximas, pois e cita-se "não podem existir atitudes arbitrarias". -----

Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

De igual forma e sobre o mesmo assunto, interveio o Senhor Deputado, Professor Américo Pereira, referindo que se trata de uma questão antiga, em nada alterada e que sempre se geriu da melhor forma. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal falou logo após e disse que o tempo de resposta deve ser de dez minutos. -----

Interveio, também sobre este assunto o Senhor Vereador, Doutor António Afonso, para afirmar que o Senhor Presidente da Câmara Municipal deve ter os mesmos dez minutos para intervir e que o período de resposta deve ser limitado. -----

Depois deste regime de excepção na reunião, o segundo ponto da Ordem de Trabalhos foi colocado à consideração e votação e aprovado, o novo Regimento da Assembleia Municipal de Terras de Bouro, por maioria com uma abstenção, no caso do Senhor Deputado da Coligação Democrática Unitária, Senhor Alexandre Pereira. -----

Iniciado o período de antes da ordem do dia, interveio, em primeiro lugar, o Senhor Deputado, Doutor Agostinho Moura, começando por perguntar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o que se passa com o arranjo da estrada do “Banco do Ramalho/Assureira”. Mais questionou o Senhor Presidente do Município sobre o fornecimento da energia eléctrica ao Concelho que não funciona da melhor forma, pois há localidades que são atingidas, diariamente, por vários cortes de energia, como aconteceu há dias na Vila do Gerês, onde, no mesmo dia, faltou oito vezes, com os prejuízos daí inerentes. É verdade que há temporais, mas não justificam tudo. -----

Continuando a sua intervenção, aludiu à questão de falta de médicos em Terras de Bouro, situação que se mantém e que preocupa. Por exemplo, em Rio Caldo, há um só médico a tempo inteiro, de uma dedicação extrema, sublinhe-se, mas que vai dando, logicamente, mostras de cansaço e é fundamental intervir junto da Administração Regional de Saúde do Norte para resolver esta situação. – Logo depois, iniciou a sua intervenção, o Senhor Deputado Vítor Mendes para abordar o assunto “Naturpark” e o facto do projecto ter sido abandonado pelo Executivo Municipal. Questionou o Senhor Deputado as razões tal abandono, mau para o Concelho e que tem dado azo a comentários, supostamente, enganosos e especulativos que convinha clarificar.-----

Outra questão colocada pelo Senhor Deputado, querendo obter um esclarecimento, foi a eventual transferência de serviço, outro comentário que se vai ouvindo, do posto da Guarda Nacional Republicana do Gerês para os SEPNA (Serviços de Protecção da Natureza), da mesma força de segurança, funcionado de forma diferente por falta de meios humanos. -----

Seguidamente, pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Campo do Gerês para falar sobre o Plano de Revisão do Parque Nacional da Peneda Gerês e do que terá sido feito para e cita-se” tentar travar esta ditadura do Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade”.-----

Ainda na sua intervenção e sobre o “Naturpark”, é mau que aconteça o abandono anunciado,

porque os projectos previstos, igualmente, para a zona do Campo do Gerês concerteza que também irão ser adiados ou cancelados. Na sua opinião, a Câmara Municipal não está a ver o assunto da melhor forma, isto porque tem que se investir onde o turista vai e o Campo do Gerês é um dos melhores exemplos de afluência turística em Terras de Bouro. -----

Concluiu, nesta fase, afirmando que o Plano Director Municipal é um entrave ao desenvolvimento do concelho.-----

Posteriormente, pediu a palavra o Senhor Deputado Alexandre Pereira que começou por dizer que gostava de ver aqui apresentada e discutida uma proposta, que não consta do Plano para dois mil e dez, de discussão e votação para abertura e funcionamento dos serviços municipais à sexta-feira à tarde. A Câmara Municipal tem que estar ao serviço dos munícipes e quem tem assuntos a tratar à sexta-feira, vindo, inclusive, de fora do Concelho de propósito para o fazer nesse dia, está impedido e fica sem hipóteses. -----

Prosseguindo, afirmou não se verem as mudanças na Câmara Municipal, se há ou não festas preparadas para o Natal e Ano Novo ou se só há iluminação, pois, no Plano não consta nada, isto apesar de no programa do Partido Socialista ser dito que a animação iria ser alargada a todo o ano e teríamos ainda a implementação de duas tendas para a passagem de ano, uma no Vale do Homem, outra no Vale do Cavado. -----

O Senhor Deputado referiu-se depois à revisão do Plano Director Municipal, como algo que consta sempre dos Planos de Actividades e programas eleitorais, mas sem resultados visíveis. Depois, falou o Senhor Deputado sobre a revista turística editada pela Câmara Municipal e paga pelos hoteleiros, estarão a ser distribuídas à medida que se fazem, indagou? Porque as últimas que foram distribuídas ainda contêm a página com a mensagem do Doutor António Afonso, aliás, à semelhança do que acontece com alguns documentos afixados nas Juntas de Freguesia, ainda com a assinatura do anterior Presidente do Município. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga foi o interveniente seguinte, questionado o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a situação do Posto da Guarda Nacional Republicana, na Vila do Gerês e, se realmente, os serviços da Serviços de Protecção da Natureza da Guarda Nacional Republicana se vão instalar no edifício. Outra questão apresentada foi o andamento das obras na estrada do "Banco do Ramalho/Assureira".-----

Seguidamente, interveio o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira, colocando ao Senhor Presidente do Município o assunto do alargamento da estrada Chorense/Souto e se irá haver dinheiro para a subsidiar as festas em todas as freguesias ou só nas maiores duas festas do Concelho. -----

Voltou a intervir o Senhor Deputado Agostinho Moura para se referir à questão colocada sobre o Posto da Guarda Nacional Republicana, na Vila do Gerês, alertando o Executivo Municipal de que, na defesa desta questão para o bem do Concelho, deveria ser lembrado ao Senhor Ministro da Administração Interna, a promessa que o próprio fez, aquando da inauguração do

Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

novo edifício do Posto da Guarda Nacional Republicana , sobre o aumento de efectivos para o mesmo. A verdade, é que se acontecer aquilo que já foi hoje aqui referido, há uma ignorância total sobre a situação de cobertura de segurança do referido Posto, negligenciando-se, inclusive, o facto de se estar a meio caminho de uma fronteira aberta que potencia um tráfego enorme de viaturas, principalmente, durante a noite e que poderá configurar situações de marginalidade. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal retomou a palavra para agradecer a todas as pessoas encarregues de ajudar na elaboração das reclamações ao Plano do Parque Nacional e comunicou que, no próximo dia vinte e três de Janeiro de dois mil e dez, irá acontecer uma manifestação em Braga contra o Plano do Parque Nacional e onde o Senhor Doutor Ricardo Gonçalves vai participar, ou na condição de cidadão particular ou, se a Assembleia Municipal assim o deliberar, como Presidente da Assembleia Municipal. Esta luta é permanente, frisou e criando aqui um elo de ligação por causa das intenções do Parque Nacional da Peneda Gerês para com as populações, pediu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para, neste momento, não encerrar definitivamente o dossier do "Naturpark", ajudando a encontrar uma saída airosa para todas as partes. A suspensão do próprio projecto suscita dúvidas ao Senhor Doutor Ricardo Gonçalves, pois este tem aspectos interessantes, tem um financiamento de setenta e cinco por cento, enfim, tem características que outros não têm, pois projectos há que nem sequer tem esta comparticipação e avançaram, aliás, aqui no Concelho, temos projectos de características megalómanas para a nossa dimensão e foram feitos, não trazendo nada de novo para Terras de Bouro, referindo-se, por exemplo, ao Museu da Geira e ao Centro do Garrano. Apelou, por fim e nesta fase, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para que não exista uma atitude precipitada sobre esta matéria. -----

De seguida, deu início à sua intervenção e conseqüente período de respostas aos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Câmara Municipal e, começando por responder ao Senhor Deputado, Doutor Agostinho Moura, afirmou ser uma preocupação o estado da estrada junto ao "Banco do Ramalho", sendo que, os técnicos do Município e o próprio Vice Presidente já contactaram a empresa responsável para demonstrar a nossa preocupação na resolução do problema. Relativamente à questão dos cortes de energia, o Município irá encetar e no fundo continuar, junto da Electricidade de Portugal - EDP os esforços necessários para que tal situação melhore e, se possível, não se repita. Ainda ao Senhor Deputado e sobre a situação de falta de médicos em Terras de Bouro, foi uma questão já colocada à Administração Regional de Saúde - Norte e que se afigura de muito difícil resolução, no presente, devido aos critérios utilizados por esta entidade para a colocação dos clínicos, isto porque, tal acontece em função do número de utentes, o que, no caso de Terras de Bouro nos coloca numa situação difícil. -----

Ao Senhor Deputado Vítor Mendes, o Senhor Presidente da Câmara Municipal retorquiu que houve uma análise dos projectos que transitaram do Executivo anterior e este Executivo

entendeu que o projecto "Naturpark", não era um projecto assim tão importante ou mesmo prioritário para o desenvolvimento do Concelho. O referido projecto tem duas fases, sendo que nesta primeira e só em estudos, projectos e limpeza do trilho, estaríamos a falar de um milhão e cento e cinquenta mil euros euros, com uma comparticipação do Município em cerca de trezentos mil euros e que a segunda fase só avança depois de concluída a primeira. A ideia é de que, nesta altura, salientou o Senhor Presidente da Câmara Municipal, com trezentos mil euros, financiamos um trilho e estudos, muito pouco, quando há outras prioridades no imediato, como o projecto da via Homem – Lima, por exemplo, ou até pagamentos a executar do normal funcionamento do Município. Mais frisou que da segunda fase constam a aquisição do barco e a instalação da escola de mergulho, algo que se afigura exagerado para a procura que irá ter todo ano, pois há que contar com a manutenção dos equipamentos, seguros dos mesmos e destacamento de funcionários para o local. Na verdade, para este Executivo, este projecto, parece algo sem futuro, um "buraco de gastos supérfluos" e, respondendo ao apelo do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que reter o assunto de nada adiantaria, pois o projecto foi formulado e aprovado da maneira que está concebido na sua totalidade. A ideia passará por estudar outro projecto para a mesma zona, com características mais adequadas, duvidando da sua mais valia presente e, inclusive, duvidando, igualmente, da sua aprovação em sede do Instituto de Conservação da Natureza ou da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento da Região Norte. O Senhor Presidente do Município quis deixar ainda bem claro que não foi uma decisão fácil de tomar e, se esta Assembleia, decidir noutro sentido, o Executivo não se irá opor e acatará a decisão com a sua posição já conhecida e referida anteriormente. Ainda ao Senhor Deputado Vítor Mendes e sobre o Posto da Guarda Nacional Republicana da Vila do Gerês, a situação é do seu conhecimento há pouco tempo e já estão a ser feitos contactos para tentar inverter a situação. -----

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Campo do Gerês, foi, realmente, muito grande o empenho sobre a apresentação das reclamações, o que desde já se agradece a todos os que estiveram envolvidos nesse processo, nomeadamente, aos membros da Comissão. O Senhor Presidente do Município informou que, se for necessário, irá a Lisboa falar com o Ministro que tutela a área, participará na manifestação que se irá realizar em breve, mas, há um facto inultrapassável, não se pode e cita-se, "mudar a cabeça das pessoas", fim de citação. Sobre a questão colocada pelo edil do Campo do Gerês, existem, realmente, intenções de construir hotéis naquele local, mas são, nesta fase, só intenções, muito diferente de efectivação para construção real de empreendimentos. O que há de momento é a ideia, por parte de uma empresa do Campo do Gerês, de construir um hotel num terreno junto à sede da Junta de Freguesia, mas que, de momento, devido à sua localização e antes da conclusão da revisão do Plano Director Municipal não é viável. Logo após a revisão do Plano Director, se verá a concretização da ideia, depois da eventual alteração de

Ricardo Manuel Pereira Gonçalves

classificação do terreno e, garantiu o Senhor Presidente do Município, tudo será feito dentro da legalidade. -----

Nesta fase, o Senhor Presidente deu ainda conhecimento da entrada nos serviços do Município de um pedido para a construção de um aparthotel na sede do Grupo Desportivo de Rio Caldo e que é, sem dúvida, um projecto interessante, pois criará emprego e dinamização do local, já que irá ter lojas na área do rés do chão. Assim, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, garantiu ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Campo do Gerês, que tudo irá ser feito, tanto no Campo como em qualquer local do Concelho para melhorar as condições dos terrabourenses. -----

Já quanto à intervenção do Sr. Deputado, Senhor Alexandre Pereira, o Senhor Presidente do Município respondeu que a questão da mudança do horário de funcionamento da Câmara Municipal foi colocada aos Chefes de Divisão e que estes informaram que, nos moldes em que funciona actualmente, contribuiu para diminuir o absentismo, pois as pessoas aproveitam a tarde de sexta para fazer aquilo que teriam que fazer noutro dia da semana e assim sendo, para já, não se prevê alteração no horário. Sobre a questão da celebração do final de ano, não há nada preparado, só irá haver fogo de artifício e quanto ao processo da revisão do Plano Director Municipal, a empresa responsável, de nome "GEOTRIBUTO", atrasou-se no processo, tendo sido avisada de que terá que apresentar, pelo menos, um esboço do Plano Director para tentar ser presente na próxima sessão desta Assembleia e por último, ao Senhor Deputado, sobre a questão da edição da revista turística que está a ser entregue, certamente que a reedição será diferente, já com a mensagem do novo Presidente. -----

Prosseguindo e ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira, o Sr. Presidente da Câmara Municipal comunicou que, em dois mil e dez, não se irá realizar a obra de alargamento da estrada Chorense/Souto, só irão acontecer obras de pavimentação e quanto aos subsídios para as festas, em todo o Concelho realizam-se cerca de quarenta festas e é manifestamente impossível apoiar todas. Assim sendo, em dois mil e dez, será o próprio Município a organizar as Festas Concelhias, nestas a reduzir o orçamento das mesmas para cinquenta mil euros, apresentar um pequeno reforço da verba para a Festa de Santa Eufémia no Gerês e em dois mil e dez não há mais apoios financeiros para festividades. -----

O Senhor Deputado Alexandre Pereira pediu a palavra neste período para afirmar que, na sua opinião, se deveria distribuir alguma verba por todas as festas e não concentrar tudo, só em duas e já quanto ao horário da Câmara Municipal, para os Chefes de Divisão até seria bom que ninguém viesse à sexta-feira. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal interveio logo após estas afirmações para dizer que não aceitava tais comentários sobre os Chefes de Divisão do Município. -----

Ainda na sua intervenção, o Senhor Deputado Alexandre Pereira afirmou que o Plano Director Municipal está como está porque devem ser os mesmos engenheiros que participaram na

reunião do próprio Plano Director Municipal e do Plano do Parque Nacional da Peneda Gerês a acompanhar o processo e quanto ao "Naturpark" e a título de exemplo, em Montalegre, mais concretamente na Barragem de Paradela do Rio, foi criada uma infraestruturas de apoio turístico semelhante ao que se propõe para Terras de Bouro e ao que parece teria havido um acordo de colaboração entre as duas Câmaras para efectivação deste e de outros eventuais projectos. ---

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a intervir para frisar que o problema dos fundos comunitários, atribuídos ao "Naturpark", é de que se não forem utilizados, "perdem-se", pois, se são específicos deste projecto, não podem ser utilizados noutra e quanto à questão concreta do financiamento do "Naturpark", terá sido analisada a eventualidade de alguma empresa assumir os vinte e cinco por cento da despesa do projecto que caberiam à Câmara Municipal? Foram esgotadas todas as hipóteses? É que a zona tem uma importância vital para o Concelho e, na realidade, não se sente esclarecido sobre este assunto. -----

O Senhor Deputado, Professor Américo Pereira, interveio seguidamente e alertou para aquilo que considera, na sua opinião, um erro crasso, ou seja o abandono do projecto "Naturpark". Esta posição vai afectar o Concelho e todos os terrabourenses, pois perde-se dinheiro e turistas. A ideia que fica é que foi feita uma avaliação pouco profunda e rápida demais, algo e cita-se "em cima do joelho".-----

Posteriormente, pediu a palavra o Senhor Vereador, Doutor António Afonso e no intuito de responder às afirmações do Senhor Deputado Alexandre Pereira, sobre o "Naturpark", disse que não há qualquer fundamento para estas, relativamente à suposta parceria com a Câmara Municipal de Montalegre, até porque as posições dos dois Municípios, relativamente às políticas do Parque Nacional são muito diferentes e a verdade é só uma, não há nem houve qualquer acordo. -----

Findo este período seguiu-se, à luz do novo Regimento, à Intervenção do Público. -----

Neste período, registaram-se as intervenções de dois elementos da direcção da entidade "A Furna", no caso, do Senhor Hélder Nogueira, Tesoureiro da Instituição e do Vice-Presidente da mesma entidade, Senhor João Rodrigues. -----

Relativamente à intervenção do Senhor Hélder Nogueira, este procedeu à leitura de um documento, que de seguida se transcreve e que passou a integrar a documentação desta sessão:

' No passado dia 23 de Dezembro de 2009, o Diário do Minho publicou na sua edição uma notícia intitulada "Câmara de Terras de Bouro abandona Natur Parque, projecto de valorização de Vilarinho da Furna alterado". Foi com espanto que eu, como tesoureiro da associação da Furna, bem como todos os outros elementos da direcção assistimos a esta notícia, pois fomos todos apanhados de surpresa. -----

Ricardo Manuel Pereira Gonçalves

Fomos apanhados de surpresa e pela negativa pois este é um projecto que á muitos anos pensamos nele e que á bastantes anos estamos a trabalhar nele também. -----

Ficamos surpreendidos porque, um projecto que iniciamos em 2003, e que o anterior executivo acarinhou com determinação, esta nova Câmara Municipal com apenas dois meses de actividade resolveu suspender sem sequer ouvir os interessados, isto é, A FURNA, o Parque, a EDP, o ICN, o Ministério do Ambiente, Câmara da Ponte da Barca etc. -----

Argumentou a nova Câmara na nota que lançou na imprensa que o projecto não era relevante, exequível, era despesista, e que em nada beneficiava, o turismo. Ora bem, isto é pura demagogia, e ao mesmo tempo puro desconhecimento das coisas. -----

Compreendo, que possa existir aqui, alguma inexperiência política, contudo, tanto eu como os restantes elementos da direcção não aceitamos estas razões, pois elas são de facto reveladoras de um total desconhecimento da realidade. -----

Dizer que, o projecto terá que ser reavaliado e substituído por um outro, é andar-mos para trás, pois este projecto já tinha por parte da ON.2, mais de 1,1milhões de euros(75% da candidatura), destinada á elaboração de estudos, projectos de limpeza e trilhos. A componente do estado neste projecto era suportada pela Câmara de Terras de Bouro e correspondia a 300mil €. -----

Dizer que não acreditava na viabilidade do projecto, que era muito dinheiro para investir, revela uma coisa grave e que é esta: A actual Câmara não conhece o espaço, não tem interesse na valorização da sua terra, nem tem noção que este tipo de projectos é que são de facto vectores de desenvolvimento pois são este tipo de projectos que atraem turismo de qualidade, e turismo de interesse ao nível económico, ao nível da investigação e ao nível histórico e cultural. -----

É de lamentar que um projecto de excelência que em 37 candidaturas da região Norte, ficou em primeiro lugar e bastante destacado dos demais, seja menosprezado pela Câmara Municipal. -----

Esta é de facto uma decisão política, uma decisão grave, uma decisão que pode comprometer os interesses do Concelho de Terras de Bouro e de uma das associações que mais têm contribuído para a valorização e divulgação deste concelho. -----

É uma decisão política, que pode ter repercussões graves e irreparáveis para Terras de Bouro, um concelho que dada a sua situação geográfica, que devido às suas condicionantes ao nível do PDM, por via das restrições do PNPG, por via dos seus acessos não consegue atrair a fixação de empresas, não consegue gerar emprego, por isso só tem uma saída que é a aposta no turismo de qualidade. -----

Retirar por completo este projecto do Plano de Actividades para 2010, é facto lamentável. -----

Contudo, uma coisa é certa, este é um projecto da Furna, um projecto com pernas para andar, um projecto no qual acreditamos, um projecto viável tanto ao nível do museu subaquático, bem como de todos os outros equipamentos previstos. -----

É um projecto que acreditamos e que queremos ver implementado, por isso iremos avançar com ele. Dizemos isto, com convicção, e com entusiasmo pois á imagem do nosso povo nunca desistimos, nem que tenhamos que avançar sozinhos. -----

Sr. Presidente -----

Esta nossa intervenção nesta Assembleia é com o intuito de alertar esta Câmara Municipal e esta Assembleia das graves consequências que o seu abandono poderá ter.

Por tudo isto, solicito ao Sr. Presidente desta Assembleia, e ao Sr. Presidente desta Câmara que antes de aprovar o plano de actividades para 2010, ponderem muito bem e que voltem a incorporar esta rubrica, neste mesmo plano. -----

Por último, voltamos a afirmar que com a Câmara Municipal ou sozinhos este projecto já avançar.

Muito obrigado,

Barcelos, 25 de Dezembro de 2009

A Direcção de A Furna

(...)

(Hélder Nogueira João Rodrigues) ‘

Ainda neste período, pediu a palavra pelo público, o Senhor João Rodrigues, Vice-Presidente de "A Furna" que começou por dizer e cita -se " há uma triste sina marcada aos naturais da Aldeia de Vilarinho da Furna" pois, agora que se afigurava algo de importante para lembrar a memória da aldeia e da sua gente, até isso não parece viável. Mais disse que, na altura da construção da barragem, as indemnizações foram poucas, mas ainda assim, boas para aquela altura, pois o povo era laborioso e não sendo ajudados por ninguém, as pessoas de Vilarinho da Furna, não conseguiram recolher a maior parte dos monumentos da aldeia e nem sequer foram ajudados pelo Padre da altura, de má memória, pois ainda ameaçou o povo de excomunhão por defender aquilo que lhes pertencia. Prosseguindo, disse que e cita-se " eólicas na zona nem pensar, mais uma vez os "nossos amigos" do Parque Nacional a ajudar

Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

Vilarinho da Furna e agora até o "Naturpark" se foi!", fim de citação. Seguidamente, pediu ajuda a esta Assembleia para ajudar as pessoas de Vilarinho da Furna e, novamente, cita-se " a suavizar a paixão pela nossa terra, não há aproveitamento nenhum da nossa serra, ajudem-nos a criar incentivos nos nossos filhos e nos nossos netos para relembrar o que foi o povo e a aldeia! Fomos um povo progressista e exijo que respeitem a terra de Vilarinho da Furna", fim de citação. O Senhor João Rodrigues despediu-se da sessão desculpando-se pelo seu tom emotivo, mas ao mesmo tempo, justificado pelo assunto que tanto lhe diz respeito. -----

De seguida, o Período da Ordem do Dia iniciou-se com a discussão da Ordem de Trabalhos, da qual, constam os seguintes dois pontos: -----

Ponto um – Análise e votação das alterações ao Regimento da Assembleia Municipal para o quadriénio dois mil e nove, dois mil e treze; -----

Ponto dois – Análise e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa para 2010. -----

O primeiro ponto já tinha sido, excepcionalmente e justificada esta excepção pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, abordado e deliberado conforme atrás se refere nesta acta. -----

O Senhor Primeiro Secretário, Senhor Avelino Soares usou seguidamente da palavra para informar todos os presentes sobre a sua presença, no XVIII Congresso da Associação Nacional de Municípios, acompanhado do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga, representante das Junta de Freguesia para a Associação Nacional de Municípios, tendo dado conhecimento do que mais importante se passou no dito congresso.-----

Posteriormente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou o segundo ponto da Ordem de Trabalhos e passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que sobre o mesmo assunto interveio para afirmar que as "*Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa para dois mil e dez*", contemplam três aspectos principais, a saber: corresponder ao programa eleitoral apresentado, apoiar as Juntas de Freguesia e Associações do Concelho, e tentar efectuar obras prioritárias como as vias Homem – Lima ou Terras de Bouro – São Bento. Mais esclareceu que, devido à situação financeira do Município, não há obras de elevado montante, pois, há prioridades a ter em conta. Com efeito, na primeira parte do documento, onde constam as "Propostas de Actividades" e na segunda parte onde são abordados os "Projectos a concretizar, a avaliar e ou a abandonar" há provas disso mesmo, quando surgem referências à Biblioteca Municipal, projecto em avaliação, ou à nova Central de Camionagem. Ainda no domínio dos projectos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu-se à implementação, quase dada como certa, do *Intermarché* na Vila de Terras de Bouro, no antigo edifício da extinta Cooperativa Agrícola e que deverá ser presente na próxima Assembleia Municipal para análise e consideração, existindo ainda, nesta altura, um problema

a resolver com a concessão do espaço pretendido para o estacionamento do estabelecimento que abrangeria a área envolvente de forma considerável. -----

Do que se apurar deste Plano para dois mil e dez, tiraremos conclusões nas contas do Município no próximo ano, salientou o Senhor Presidente do Município, frisando o rigor apresentado na definição entre a receita e a despesa, tendo em vista uma pronta resposta a solicitações urgentes. Não quis, o Senhor Presidente, deixar de abordar igualmente algumas das despesas que o Município tem pela frente a curto prazo, como cerca de um milhão, cento e vinte e cinco mil euros com a Piscina Municipal, como condicionantes do Plano, alertando ainda para o facto de se estar a pagar, actualmente, facturas dos meses de Junho e Julho. ----
Aberto de seguida o período de inscrições para intervenções sobre o ponto atrás referido, assumiu a palavra, o Senhor Deputado, Professor Américo Pereira, denotando alguma preocupação pelo abandono de alguns projectos e suspensão de outros e, na verdade, a situação financeira do Município não lhe parecer ser motivo para que tal aconteça. É do conhecimento público que Terras de Bouro está entre os quarenta melhores Municípios em termos de situação financeira e o que o preocupa, é que este Plano, é um documento de intenções, caracterizado pela falta de ambição e falta de visão estratégica. -----

Seguidamente, iniciou a sua intervenção, a Senhora Deputada, Professora Filomena Araújo, afirmando a sua expectativa relativamente às "*Grandes Opções do Plano para dois mil e dez*" como e cita-se " a ver vamos". Igualmente focado pela Senhora Deputada foi o prometido reforço das verbas para as Juntas de Freguesia e que não consta do documento. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Campo do Gerês usou da palavra posteriormente para questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre qual o critério usado para a distribuição das obras pelas Juntas de Freguesia e que são enumeradas no Plano. -----

Logo após, iniciou a sua intervenção, o Senhor Deputado, Doutor Agostinho Moura e na sua apreciação às "*Grandes Opções do Plano para dois mil e dez*" relevou a franqueza na apresentação e como não foram anunciados álbis para escamotear a situação. A verdade é que o Concelho está desertificado, sem capacidade de retorno e vive à base dos subsídios do Estado. Um aspecto preocupante focado pelo Senhor Deputado e constante do Plano, é o facto de se pagar só em juros de empréstimos, quase quinhentos mil euros euros, o que para um Município como Terras de Bouro é mesmo muito. Relativamente às dívidas a credores e à intenção de praticar uma política de rigor e contenção, pagando em primeiro lugar a quem se deve, afirmou o Senhor Deputado, ser, realmente, uma boa prática. Mais afirmou que os exemplos que temos a nível nacional, como o TGV, são de evitar, já que para reduzir uma viagem em cerca de vinte minutos entre Lisboa e o Porto se vão gastar milhões de euros que o país não está em condições de gastar e depois pagar. Ainda assim, é importante realizar

Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

investimento, porque isso representa desenvolvimento, mas, é preciso ver o que se paga por isso e os benefícios futuros como fonte de rendimento do próprio investimento. Igualmente focado pelo Senhor Deputado foi a referência, no Plano, à criação de parques industriais. Alertou para a já existência de um, na Balança, que se encontra e cita-se "entregue às silvas", fim de citação. Será bom ter cuidado com esta situação. Relativamente à questão do Plano Director Municipal, o Senhor Deputado frisou a necessidade de se efectuar um esforço para acabar com o "estrangulamento" e as restrições que existem e que este assunto deverá ser e cita-se, o "grande cavalo de batalha da Câmara Municipal", fim de citação. Continuando, falou do Turismo e de como seria muito importante a criação de novos Postos, o do Gerês está muito degradado e, no entanto, na Vila há um, quase novo, construído pela Câmara Municipal e que não está ser utilizado como tal, com excelente localização, ao contrário do actual, algo escondido na "Colunata". Situação igualmente focada pelo Senhor Deputado e preocupante, foi a ausência de projecto e de candidatura para o Centro Escolar de Rio Caldo e, ainda no domínio da Educação, salientou o destino digno que deve ser dado pela Câmara Municipal aos edifícios das escolas que já fecharam e das que, eventualmente, irão fechar, como a da Vila do Gerês. Sobre esta última, o Senhor Deputado, Dr. Agostinho Moura, sugeriu mesmo a possibilidade de se aproveitar uma ou mais salas para a instalação da Biblioteca do Gerês, nomeadamente, para o espólio que existe disponível. Sobre a importância deste espólio e de outros documentos que possam existir, referiu-se ainda a um cidadão francês, que disponibilizou, para aquisição via Internet, cerca de setenta e cinco postais sobre o Gerês e estes desapareceram rapidamente, tal é a procura e o valor destes documentos. Concluiu, nesta fase, informando que a Biblioteca que mais obras tem sobre o Gerês é, curiosamente, a da Póvoa do Varzim. -----

Ainda no que diz respeito ao segundo ponto da Ordem de Trabalhos, foi dada a palavra ao Senhor Deputado, Tenente Coronel Claudino Ferreira, que lamentou o facto de não ver constar nas "Grandes Opções do Plano para dois mil e dez", a referência às "Comemorações do Centenário de Implantação da República" que se comemoram, precisamente, em dois mil e dez. Mais afirmou ser o autor e preponente de um documento, nesta Assembleia, já em mil nozentos e noventa e oito, para se comemorar com a devida importância o "25 de Abril" de cinco em anos, de forma a que não se banalizasse o acontecimento, mas sim, aumentasse a sua importância, assim como igual importância deveria ter sido atribuída ao "25 de Novembro", momento crucial da nossa ainda jovem democracia e da sua importância para Portugal não ter e cita-se "caído numa ditadura de esquerda", fim de citação. Por tudo isto, lamentou o Senhor Deputado, é com tristeza que constata agora a ausência oficial da referência às "Comemorações do Centenário de Implantação da República". -----

Depois, interveio o Senhor Deputado, Professor Óscar Rodrigues que abordou, inicialmente, a questão da revisão do Plano Director Municipal, como sendo algo que se vem arrastando e de como seria importante e urgente terminar o processo. Seguidamente, o Senhor Deputado, falou sobre o Centro Escolar de Rio Caldo e perguntou para quando a sua efectivação e de como irá

funcionar em termos de valências educacionais. Ainda no mesmo campo, indagou sobre se a futura Biblioteca Municipal, se efectivada, terá ou não uma ligação com as bibliotecas escolares, ligação esta que se pretende. -----

O Senhor Deputado, Senhor Alexandre Pereira, protagonizou a intervenção que se seguiu, começando por sublinhar e cita-se "que as suas intervenções são construtivas e não representam uma perseguição de qualquer espécie", fim de citação. De seguida, dirigiu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal a questão de que se este se sentia culpado da actual situação do Município, já que foi, anteriormente, vereador e daí, agora, surgir um Plano de contenção. Depois, perguntou, igualmente, se será normal as Associações do Concelho, que não apresentam Planos de Actividades, receberem, na mesma, subsídios da Câmara Municipal e se seria também normal que a Associação Desportiva de Terras de Bouro e o Grupo Desportivo do Gerês e cita-se " se deitem à sombra da bananeira à espera dos subsídios da Câmara, pois no caso do Gerês, nem escalões de formação tem!" fim de citação. Depois, o Senhor Deputado referiu-se ao "dinamizar e fazer " mas para quando, questionou, será que o Executivo anterior "bloqueava as mentes e agora as pessoas vão desbloquear" ou vão continuar na mesma. A verdade, prosseguiu, é de que não há animação, não há turistas, estes vão para Espanha e o facto de se ter táxis no Concelho com as portas pintadas não resolve nada, pois estes pouco saem do Concelho e não vão para Lisboa ou outra grande cidade, sublinhou. Posteriormente, o Senhor Deputado referiu-se ao Largo do Alqueirão, onde o facto de não haver marcas para estacionamento provoca um caos no trânsito, então no Verão, o espaço torna-se impossível. Falando depois das capelas mortuárias, a do Gerês, deveria sofrer obras de requalificação, pois está sem condições e construção de novas, onde não as há, por exemplo, na Ermida, pois, hoje em dia, não há condições e até o hábito de se ter e cita-se "os mortos em casa e os Padres também não querem velórios na Igreja", fim de citação.-----

Voltou a intervir o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e sobre as "*Grandes Opções do Plano para 2010*", afirmou serem uma opção legítima do Executivo, que tenta caminhar gradualmente e ter conhecimento da situação, pois, já se perderam muitos anos e a própria questão dos fundos comunitários é bastante complexa, já que, quanto dinheiro poderá ainda vir do QREN(Quadro de Referência Estratégico Nacional) dois mil e sete, dois mil e treze, nomeadamente, para Terras de Bouro, perguntou e que poderá ainda ser bem aproveitado. Sem dúvida, prosseguiu, que depois de dois mil e treze, Terras de Bouro irá receber algum dinheiro, mas será, certamente, menos do que agora. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal afirmou seguidamente que, quando foi vereador, recusou algumas obras que considerava inúteis, ou pelo menos, desfasadas, como o Centro do Garrano, quando existiriam outras prioridades! Hoje em dia os garranos são melhor tratados no Vale do Homem do que os idosos do Concelho, frisou. A ponte de Pesqueiras é outro exemplo, por muito menos dinheiro fazia-se na mesma uma ponte que justificasse o tráfego e não esta actual que parece servir

Ricardo Manuel Ferraz Fonseca

uma cidade, quando, na realidade, tem meia dúzia de veículos por dia. A questão da via intermunicipal Homem – Lima é, para o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, outro assunto dúbio, pois já tem mais de cinquenta anos esta questão e, na realidade, Vila Verde tem hoje em dia outras prioridades. No nosso Concelho, continuou, é chegada a hora de repensar as coisas, já se gastou muito dinheiro em obras e actividades que não rendem, como o Centro de Animação Termal do Gerês, os Museus, a Fundação Calcedónia e outros. Entende assim que o Senhor Presidente da Câmara Municipal devia fazer um esforço para certos projectos, pois, os fundos assim não são aproveitados e, na verdade, só a Marina de Rio Caldo justifica e atrai turistas ao Concelho, pois não interessa a quantidade de pessoas que nos visitam, que são milhares, mas sim a qualidade de quem nos visita, o suficiente para gerar receitas para os terrabourenses. Temos, frisou, o segundo santuário mais visitado do país e que dividendos daí retiramos? Veja-se o exemplo de Fátima e percebe-se que o poder dos últimos trina e cinco anos e as suas políticas estão à vista de todos, concluiu. -----

Seguidamente, o Senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder às questões colocadas neste período e à Senhora Deputada, Professora Filomena Araújo, isto porque o Senhor Deputado, Professor Américo Pereira apenas fez considerações, comunicou que, nas juntas de freguesia irão ser realizadas a série de obras que constam do plano e transferidas as verbas possíveis e prioritárias. -----

Ao pedido de esclarecimento do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Campo do Gerês, respondeu que os critérios usados para a elaboração da lista das obras nas e para as Juntas de Freguesia, basearam-se nas informações transmitidas por estas nas reuniões havidas com o Executivo, nomeadamente, as pavimentações, os arranjos urbanísticos, valências para as escolas, capelas mortuárias, etc.). -----

No que à intervenção do Senhor Deputado, Professor Óscar Rodrigues, concerne, o Senhor Presidente do Município esclareceu que a revisão do Plano Director Municipal irá ser apressada para estar concluída durante o primeiro semestre de dois mil e dez, o Centro Escolar de Rio Caldo irá avançar também em dois mil e dez, funcionado com as valências dos jardins de infância e primeiro ciclo incluídos. -----

Quanto à questão do Senhor Deputado, Tenente Coronel Claudino Ferreira, as “Comemorações do Centenário da Implantação da República” não foram esquecidas, aliás, há referência no Plano e ao Feriado Municipal também, sendo o mês de Outubro o mês das comemorações por excelência. Sobre estes acontecimentos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal anunciou para breve a criação de uma Comissão que elabore o programa das efemérides. -----

Prosseguindo e às questões colocadas pelo Senhor Deputado, Sr. Alexandre Pereira, o Senhor Presidente do Município respondeu que irá existir uma clara contenção nos subsídios às associações, sendo que, os apoios definidos e atribuídos aos clubes de futebol do Concelho, já foram definidos em Setembro, aquando do início da nova época. No aspecto da divulgação turística sobre Terras de Bouro irão ser colocados “outdoors” com publicidade nas grandes

idades e já quanto às capelas mortuárias, em Vilar da Veiga, trata-se de uma situação complicada, a que neste momento será difícil dar resposta, mas fica o registo do problema.----
Seguidamente, o Senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou não ser verdade que se estejam a abandonar os grandes projectos para o Concelho e, exemplo disso, é o projecto de construção e requalificação do Parque do Ribeiro das Gordairas no valor de um milhão e duzentos e setenta mil euros. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interpelou, nesta fase, o Senhor Presidente do Município para perguntar se as verbas atribuídas, nomeadamente, ao projecto "Naturpark", se perdem por todo ou só em parte; isto é, se são adstritas ao Projecto e só ao Projecto ou se podem ser utilizadas no Concelho. -----

Ao que o Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que a verba em causa só seria atribuída ao projecto "Naturpark".-----

Sobre o tema "fundos comunitários", assumiu a palavra o Senhor Vereador, Doutor António Afonso, para afirmar que os financiamentos do quadro comunitário são, realmente, fundamentais e que na fase de contratualização ficou definido que Terras de Bouro teria acesso a sete milhões e quinhentos mil euros até dois mil e treze. Já quanto ao projecto "Naturpark", este tinha várias parcerias, nomeadamente, com a Ponte da Barca e sendo um projecto da O.N. 2, se a Câmara Municipal não avançar, o dinheiro perde-se, aliás, à semelhança do que aconteceu com os projectos financiados pelo INTERREG. -----

Voltou a intervir o Senhor Presidente da Câmara Municipal para reafirmar a disposição do Executivo na concretização de projectos e que, não é verdade, que o Concelho fique estagnado, pois, há vários arranjos urbanísticos para fazer, as praias fluviais, o arranjo urbanístico específico das Margens da Albufeira, o Centro Escolar de Rio Caldo, enfim, sublinhou o Senhor Presidente, há também obras para pagar do Executivo anterior e, deixou claro, aceita determinadas posições aqui hoje assumidas, mas, em função do que este Executivo entende ser melhor, não as compreende. -----

Continuando na resposta ao Senhor Deputado, Senhor Alexandre Pereira, o Senhor Presidente do Município disse não se sentir responsabilizado pelo endividamento da Câmara Municipal, sente-se, isso sim, responsável pelas obras efectuadas, enquanto desempenhou o cargo de vereador. -----

O mesmo Deputado interpelou, nesta fase, o Sr. Presidente da Câmara Municipal para perguntar se o Gabinete Jurídico do Município se mantém igual. -----

Ao que o Sr. Presidente da Câmara Municipal respondeu afirmativamente e mais disse que o mesmo Gabinete está com o contrato do Executivo anterior. -----

Ainda o Senhor Alexandre Pereira e respondendo a um aparte do Senhor Presidente da Assembleia Municipal que, de seguida, se cita "se não houvesse 25 de Novembro, seria o Senhor Alexandre a mandar em nós todos", fim de citação, este respondeu que e cita-se

Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

novamente, “ se não houvesse o 25 de Novembro, não havia disparidades, não havia especulação na bolsa e não havia fome em Portugal”, fim de citação. -----

Sobre este último assunto, surgiu logo após, uma intervenção do Senhor Deputado, Tenente Coronel Claudino Ferreira para dizer e cita-se” se não houvesse o 25 de Novembro, havia hoje uma ditadura de esquerda pior do que uma de direita”, fim de citação. -----

Seguidamente e para defesa da honra, pediu a palavra, o Senhor Vereador, Doutor António Afonso, que começou por esclarecer a situação do endividamento da Câmara Municipal como sendo resultado da necessidade de contrair vários empréstimos ao logo de vários mandatos e isto porque, nem sempre os financiamentos, é só ver o exemplo do atraso das verbas do Quadro de Referência Estratégico Nacional dois mil e sete, dois mil e treze, chegam atempadamente para as despesas de financiamento e concretização dos projectos e, muitos deles, tem que ser pagos antecipadamente. Mais disse que, mesmo o actual Vice Presidente da Autarquia, enquanto vereador, e cita-se “votou a favor de muitos destes empréstimos, nomeadamente, do INTERREG”, fim de citação -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal reassumiu a palavra para sublinhar que a situação financeira do Município não é dramática, mas também não pode deixar ninguém descansado, pois, no presente, ainda chegam contas à Autarquia para pagar datadas de dois mil e cinco e dois mil e sete e depois, também surgem situações de difícil explicação, como, por exemplo, o facto de a Escola Profissional Amar Terra Verde se recusar a pagar, ou pelo menos, a participar obras no seu pólo no Gerês, tendo agora que ser assumidas pela Câmara Municipal. Por todas estas situações e mais que fazem parte do dia a dia da Câmara Municipal se justifica a postura do actual Executivo, sendo que, se a Assembleia Municipal entender que não se deve abandonar o “Naturpark”, então que se encontre outra situação, frisou Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

Seguidamente, interveio o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para afirmar que os orçamentos rectificativos existem, precisamente, para estas conjunturas e que esta situação deveria ser discutida, pois, não há razões para ficarmos presos só a este projecto. As pessoas têm que ser informadas sobre o destino das verbas e perceber o porquê de estas, eventualmente, não virem para Terras de Bouro, pois há que ter a devida noção do retorno do investimento no Concelho. -----

Posteriormente, pediu a palavra o Senhor Deputado, Professor Américo Pereira, afirmando que, com esta lógica de pensamento, então todos os investimentos no Concelho podem ser questionados e já deveria ter sido apurado, para se tomar esta decisão, se o projecto é ou não uma mais valia para o Concelho. -----

Sobre este assunto, interveio depois o Senhor Deputado, Senhor Vítor Mendes para alertar que existem muitos investimentos paralelos que estão em equação com a eventual suspensão do projecto “Naturpark” e que está muito dinheiro em causa. Mais afirmou que, quando se vê a utilidade e a utilização, em termos de rentabilidade de outros projectos, como o Centro de Interpretação do Garrano, da “Casa do Latim”, do Museu da Geira ou da “Galeria dos Miliários”,

como algo que está errado e que compromete e depois se pretende suspender um projecto como o que está em causa, com outra dimensão e projecção para o Concelho, então, algo está muito mal. Ainda frisou o Senhor Deputado outro exemplo do que pode ser a má gestão, no caso, do parque de estacionamento da extensão de Centro de Saúde de Rio Caldo, onde foram gastos milhares de euros e hoje não é utilizado por ninguém, há que repensar a lógica dos investimentos no Concelho. -----

Pediu a palavra, seguidamente, o Senhor Deputado, Senhor Manuel Aguiar Campos, para perguntar se não se podia deixar aqui “uma porta aberta” para este projecto e, posteriormente, se não interessar, “deixa-se cair”, no fundo, a sua ideia é de que do Plano poderia constar a menção a “projecto a avaliar” e não de “projecto a abandonar”. Nesse caso, o Senhor Presidente da Câmara Municipal ficaria com o ónus da questão, concluiu o Senhor Deputado. - O Sr. Presidente da Câmara Municipal voltou a intervir e alertou todos os presentes para os custos muito elevados da manutenção do espaço e da dificuldade da Câmara Municipal para enfrentar esta situação. -----

Voltou a intervir o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e disse que deviam ser estudados possíveis enquadramentos para o projecto. A carga simbólica de Vilarinho da Furna neste Concelho e fora dele, dever ser tida em conta e aproveitada, isto porque, há por vezes projectos bem qualificados e que, no entanto, são megalómanos e não se adequam ao terreno e aqui, não parece ser esse o caso, sublinhou. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Brufe pediu a palavra e afirmou que até aqui desconhecia o projecto, pelo menos, da forma como ele foi aqui hoje abordado e, assim sendo, é da opinião que este deve ser melhor avaliado e aprofundado, antes de se tomar uma decisão definitiva. -----

Sobre esta temática foi apresentada uma proposta de criação de uma Comissão de Reavaliação do Projecto Naturparque, tendo em vista uma análise para possível reformulação do projecto, proposta que foi aceite e da Comissão fariam parte, pela Assembleia Municipal, o seu primeiro secretário, Sr. Avelino Soares, designado Presidente da Comissão, pela Câmara Municipal, o Senhor Presidente do Município, as Junta de Freguesia abrangidas pelo projecto, Campo do Gerês e Brufe e ainda os representantes das Bancadas Socialista e Social Democrata, Srs. Vítor Mendes e Manuel Aguiar Campos, respectivamente. Colocada à consideração foi aprovada por unanimidade a criação desta Comissão, sendo definido que, na próxima sessão da Assembleia Municipal, esta apresentaria um parecer sobre o projecto em causa. -----

No que diz respeito ao segundo ponto da Ordem de Trabalhos foi depois, pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocado à consideração e votação, sendo aprovado por maioria com treze abstenções. -----

Livro nº. 5

Folha 157

Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

Ainda antes do final da sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer a todos os presentes um documento presente à Mesa, no caso, uma Moção conjunta da Federação Nacional de Baldios e do "Movimento Peneda Gerês com Gente", sobre a tomada de posição de protesto e de não concordância destas instituições sobre o Plano de revisão do Parque Nacional da Peneda Gerês e, da qual, terá resultado a intenção de se organizar a marcha de protesto do próximo dia vinte e três de Janeiro de dois e mil dez, deixando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal à consideração dos Senhores Deputados a participação destes na referida marcha de protesto. -----

E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, eram dezanove horas e quarenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida, discutida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim que a secretariei. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

Ricardo Gonçalves

O Secretário

Paulo Augusto Sousa

